

GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

Termo de Referência 26/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

ACRIMORI JOSE ARAUJO SILVA JUNIOR

Atualizado em

26/05/2026 12:29 (v 0.23)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

67437.000681/2026-02

Processo Administrativo

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de reagentes bioquímicos e hematológicos para realização de exames laboratoriais, com o fornecimento através de comodato dos equipamentos necessários à realização dos respectivos exames, reagentes /testes, insumos, acessórios, instalação dos equipamentos, treinamento operacional, manutenção preventiva e manutenção corretiva, para suprir a necessidade do Laboratório do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD. MÍN.	QTD. MÁX.	QTD. TOTAL	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
	1	REAGENTE DE ÁCIDO ÚRICO	331748	TESTE	400	1.200	6.000	1,85	11.100,00
	2	REAGENTE DE ÁCIDO ÚRICO - URINÁRIO	331748	TESTE	100	100	100	1,85	185,00
	3	REAGENTE DE ALBUMINA	331742	TESTE	275	750	3.500	1,79	6.265,00
	4	REAGENTE DE AMILASE	331734	TESTE	300	900	1.700	2,68	4.556,00
	5	REAGENTE DE AMILASE - URINÁRIA	331734	TESTE	100	100	100	2,68	268,00
	6	REAGENTE DE BILIRRUBINA DIRETA	336253	TESTE	350	1.050	4.000	1,90	7.600,00
	7	REAGENTE DE BILIRRUBINA TOTAL	336250	TESTE	250	750	4.000	1,61	6.440,00
	8	REAGENTE DE CÁLCIO	331741	TESTE	300	900	4.500	1,96	8.820,00

01	9	REAGENTE DE CÁLCIO URINÁRIO	331741	TESTE	100	100	100	1,96	196,00
	10	REAGENTE DE D-DÍMERO	442071	TESTE	100	300	1.000	23,51	23.510,00
	11	REAGENTE DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO E/OU REAGENTE DE CAPACIDADE LATENTE DE LIGAÇÃO DO FERRO	333406	TESTE	100	300	700	4,48	3.136,00
	12	REAGENTE DE CK TOTAL	334471	TESTE	200	600	2.500	2,57	6.425,00
	13	REAGENTE DE CK-MB	375562	TESTE	100	400	2.500	6,37	15.925,00
	14	REAGENTE DE CLORO	372984	TESTE	1.000	3.000	11.000	2,04	22.440,00
	15	REAGENTE DE CLORO URINÁRIO	372984	TESTE	100	100	100	2,04	204,00
	16	REAGENTE DE COLESTEROL	331732	TESTE	400	1.200	18.000	1,97	35.460,00
	17	REAGENTE DE CREATININA	333335	TESTE	700	2.100	15.000	0,62	9.300,00
	18	REAGENTE DE CREATININA URINÁRIA	333335	TESTE	200	200	200	0,62	124,00
	19	REAGENTE DE FERRO	331739	TESTE	200	600	3.200	1,83	5.856,00
	20	REAGENTE DE FOSFATASE ALCALINA	331735	TESTE	200	600	4.000	1,82	7.280,00
	21	REAGENTE DE FÓSFORO	331740	TESTE	250	750	2.500	2,02	5.050,00
	22	REAGENTE DE FÓSFORO URINÁRIO	331740	TESTE	200	200	200	2,02	404,00
	23	REAGENTE DE GGT	331737	TESTE	400	1.200	3.000	1,75	5.250,00
	24	REAGENTE DE GLICOSE	333480	TESTE	800	2.400	20.000	1,02	20.400,00
	25	REAGENTE DE GLICOSE URINÁRIA	333480	TESTE	200	200	200	1,02	204,00
	26	REAGENTE DE HDL COLESTEROL	331754	TESTE	350	1.050	11.000	4,55	50.050,00
	27	REAGENTE DE HEMOGLOBINA GLICADA	357736	TESTE	150	450	6.500	13,00	84.500,00
	28	REAGENTE DE LDH	333561	TESTE	300	900	3.000	3,65	10.950,00
	29	REAGENTE DE LIPASE	331744	TESTE	200	400	1.000	2,70	2.700,00

30	REAGENTE DE LDL	333410	TESTE	200	400	1.400	3,90	5.460,00
31	REAGENTE DE MAGNÉSIO	331738	TESTE	250	750	3.000	4,20	12.600,00
32	REAGENTE DE MAGNÉSIO URINÁRIO	331738	TESTE	100	100	100	4,20	420,00
33	REAGENTE DE MICROALBUMINÚRIA	340718	TESTE	100	100	400	13,03	5.212,00
34	REAGENTE DE PCR	357105	TESTE	300	900	7.000	2,04	14.280,00
35	REAGENTE DE POTÁSSIO	334490	TESTE	1.000	3.000	11.000	1,69	18.590,00
36	REAGENTE DE POTÁSSIO - URINÁRIO	334490	TESTE	100	100	100	1,69	169,00
37	REAGENTE DE PROTEÍNAS TOTAIS	351653	TESTE	300	900	3.000	1,72	5.160,00
38	REAGENTE DE PROTEÍNA URINÁRIA	351653	TESTE	150	300	1.000	2,66	2.660,00
39	REAGENTE DE SÓDIO	331751	TESTE	1.000	3.000	11.000	1,48	16.280,00
40	REAGENTE DE SÓDIO URINÁRIO	331751	TESTE	100	100	100	1,48	148,00
41	REAGENTE DE TGO	334463	TESTE	500	1.500	7.000	1,56	10.920,00
42	REAGENTE DE TGP	333459	TESTE	500	1.500	7.000	1,39	9.730,00
43	REAGENTE DE TRIGLICERÍDEOS	331733	TESTE	250	1.000	13.000	2,14	27.820,00
44	REAGENTE DE UREIA	331749	TESTE	500	2.000	16.000	1,37	21.920,00
45	REAGENTE DE UREIA URINÁRIA	331749	TESTE	200	200	200	1,37	274,00
46	REAGENTE DE UREIA BICARBONATO – RESERVA ALCALINA (CO2)	383460	TESTE	1.000	3.000	9.000	2,27	20.430,00
47	REAGENTE DE TROPONINA I QUANTITATIVA – ULTRA SENSÍVEL E /OU EQUIPAMENTO POCT (POINT-OF-CARE) ADICIONAL, QUANTITATIVO E ULTRASENSÍVEL, IMUNOENSAIO POR FLUORESCÊNCIA (FIA).	345602	TESTE	100	600	1.800	15,90	28.620,00
	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 7, TIPO CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PARA							

48	EQUIPAMENTO HEMATOLOGIA- HEMOGRAMA, COMPONENTES ADICIONAIS HEMOLISANTES, DILUENTES, CALIBRADORES, CONTROLES, OUTROS COMPONENTES SOLUÇÕES DE LIMPEZA.	399552	TESTE	2.000	6.000	30.000	6,30	189.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 744.291,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que tratar-se de bens indispensáveis à manutenção das atividades essenciais e permanentes do Hospital de Aeronáutica de Recife, cuja interrupção comprometeria diretamente a prestação do serviço ao Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (por cento) do valor total da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A12] .

4.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

4.19. Para a perfeita execução do contrato, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.19.1. DO EQUIPAMENTO DE BIOQUÍMICA: Equipamento para análise de bioquímica clínica, acompanhado de acessórios necessários ao seu pleno funcionamento e segurança: estabilizador, no-break (compatível com a potência e especificação do equipamento e com autonomia para, no mínimo, 60 min), com as seguintes características mínimas:

- 4.19.1.1. Deverá ser aparelho de bancada e/ou piso, totalmente, automatizado de acesso randômico e contínuo;
- 4.19.1.2. Deverá ter velocidade igual ou superior a 400 testes/hora;
- 4.19.1.3. Utilizar volume de amostra máximo de 35µl. Esta necessidade é justificada pelo fato de se tratar de um laboratório que atende um hospital que possui Unidade Pediátrica e pacientes de enfermarias e UTI;
- 4.19.1.4. Deverá ter prioridade para urgência;
- 4.19.1.5. Deverá utilizar tubos primários e secundários;
- 4.19.1.6. Deverá comportar mais de 30 reagentes “on board” com estabilidade dos mesmos no mínimo de 25 dias, no equipamento;
- 4.19.1.7. Deverá ter capacidade igual ou superior a 90 amostras on board;
- 4.19.1.8. Deverá realizar leitura de código de barra para reagentes, evitando manipulação dos dados de programação;
- 4.19.1.9. Deverá realizar calibração dos reagentes apenas na troca de lote ou a critério técnico, evitando gastos de reagentes com calibração;
- 4.19.1.10. Deverá ter teclado alfanumérico e impressora a laser para emissão de laudos, contendo os dados dos pacientes e dos exames realizados;
- 4.19.1.11. Deverá ter descarte automático de cubetas com cubetas descartáveis ou o equipamento deverá lavar automaticamente as cubetas reutilizáveis;
- 4.19.1.12. Permitir o uso de soro, plasma, sangue total, urina e outros líquidos biológicos simultaneamente, ou seja, deve realizar todos os testes simultaneamente independentes do tipo de amostra;
- 4.19.1.13. Liberação técnica e médica para os resultados de exames;
- 4.19.1.14. Visualização de resultados anteriores;
- 4.19.1.15. Impressão de resultados anteriores;
- 4.19.1.16. Rastreabilidade do paciente;
- 4.19.1.17. Troca de Kit's por exame;
- 4.19.1.18. Backup automático dos dados.
- 4.19.1.19. Trabalhar com tubo primário, leitura de código de barras por scanner de laser, com reconhecimento de STAT imediato (prioridade) para amostras de emergência;
- 4.19.1.20. Possuir bandeja de reagentes refrigerada;
- 4.19.1.21. Reagentes armazenados “on board”;
- 4.19.1.22. Capacidade de realizar diluições automáticas, com possibilidade de programação dos parâmetros de repetição;
- 4.19.1.23. Leitura de código de barras para reagentes, evitando manipulação dos dados de programação, prevenindo a utilização por outros reagentes de especificações inadequadas.
- 4.19.1.24. Monitoramento completo do equipamento via software, com capacidade de monitorar pelo menos as últimas 2000 reações e capacidade de memorizar os resultados dos últimos 6 meses;
- 4.19.1.25. Amostras com acesso randômico, contínuo e imediato;

4.19.1.26. Avaliação dos resultados do controle de qualidade utilizando as regras Westgard, gráficos em tela e impressão;

4.19.1.27. Princípios de Medição aceitos: Turbidimetria, fluorescência polarizada, fotometria, reflectância;

4.19.1.28. O equipamento deverá possuir detector de coágulo de amostra;

4.19.2. Monitor com toque de tela (Touch Screen), além de equipamentos que utilizem teclado e mouse como interfaces operacionais, impressora a laser com toner compatível, papel A4 para impressão com fornecimento contínuo e quaisquer outros equipamentos necessários para o seu suporte de funcionamento e gerenciamento, quando necessários, tipo: computador completo com sistema operacional licenciado, podendo ser Windows ou Linux, (monitor LCD colorido, teclado, mouse e CPU com capacidade para armazenamento de informações e instalação de sistemas de uso diário sem travamentos por parte de memória insuficiente), entre outros materiais que sejam necessários durante a validade do contrato;

4.19.3. Interfaceamento bidirecional do aparelho compatível com o software utilizado no Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF), custeado pela empresa vencedora da licitação, inclusive o fornecimento dos recursos de informática (servidores e acessórios) para o pleno funcionamento do sistema;

4.19.4. A CONTRATADA deverá fornecer de forma contínua água tratada e envasada, contendo, no rótulo, fabricante, lote, data de fabricação e validade, destinada para funcionamento do aparelho ou Estação de Tratamento de Água (ETA) integrado ao equipamento, com manutenções e trocas de todos os insumos da ETA a cargo da contratada. Dessa forma, a água deverá ser compatível com a especificação do equipamento;

4.19.5. Todos os reagentes devem ser prontos para uso, sem manipulação prévia, bem como sem tratamento ou diluição prévia da amostra, todo o processo deverá ser automatizado;

4.19.6. A empresa deverá ofertar: equipamento, reagentes, calibradores e controles da mesma marca do fabricante.

4.19.7. Atendimento ao cliente, quando solicitado;

4.19.8. A empresa deverá realizar manutenções preventivas e preditivas, segundo as exigências do fabricante do aparelho e corretiva sempre que necessário;

4.19.9. Deverá fornecer material para calibração para todos os testes em 2 níveis (normal e elevado), o equipamento deverá disponibilizar em tela com a opção de impressão de todos os registros de calibração realizados, bem como, guardar em sua memória todos os registros;

4.19.10. Fornecer Controles de qualidade internos em 2 (dois) níveis (normal e elevado);

4.19.11. Fornecer qualquer outro produto e/ou reagente descartável necessário ao funcionamento do aparelho em quantidade necessária para realizar todos os exames;

4.19.12. Apresentar carta de capacidade técnica compatível com o objeto;

4.19.13. A Empresa e o Técnico em Eletrônica deverão possuir registro ou visto junto ao CREA/PE;

4.19.14. O analisador para os testes Bioquímicos cedido deverá ser novo, primeira instalação, e possuir certificado de garantia de fábrica e registro do Ministério da Saúde;

4.19.15. Todos os insumos para o funcionamento do aparelho, incluindo solução(ões) de limpeza, reagentes, controles (2 níveis) e calibradores devem possuir o número de registro junto a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);

4.19.16. A Seção de Análises Clínicas do HARF, no recebimento do equipamento, conforme instrumento contratual, reserva-se, em nome do HARF, a rejeitar o equipamento que se encontre fora das especificações contidas neste Termo;

4.19.17. Todos os insumos e acessórios necessários para os analisadores e suficientes para a realização de todos os testes que constam no edital, como soros controle, calibradores, papel A4, fita, cartucho ou “tonner” para impressora, ribbon e etiquetas para identificação de tubos bem como impressora para a impressão de etiquetas para identificação dos tubos, (compatível com o sistema de gerenciamento da SANC), entre outros que forem necessários; além de todo material/reagente envolvido na manutenção, limpeza e desobstrução dos equipamentos, quando houver necessidade, como também, qualquer outro material/reagente indispensável à operação dos equipamentos.

4.19.17.1. Soros/reagentes calibradores deverão ser fornecidos pela Contratada em quantidade suficiente para a realização das calibrações com periodicidade recomendada pelo fabricante. O quantitativo de material/reagente fornecido para as calibrações não deverá ser deduzido da quantidade licitada.

4.19.18. DO EQUIPAMENTO DE HEMATOLOGIA: Analisador Hematológico automático, capaz de realizar hemograma completo com diferencial de 6 partes e contagem de reticulócitos fluorescentes e plaquetas por método óptico, que usam tecnologias ópticas avançadas com fluorescência para refinamento das contagens, ou fluorescente, acompanhado de acessórios necessários ao seu pleno funcionamento e segurança: estabilizador, no-break (compatível com a potência e especificação do equipamento e com autonomia para, no mínimo, 60 min), com as seguintes características mínimas:

4.19.18.1 Tecnologia de Citometria de fluxo fluorescente para diferencial de leucócitos (WBC-DIFF), IG (Granulócitos Imaturos), NRBC (Eritroblastos), RET (Reticulócitos) e plaquetas por método óptico (PLT-O), que usam tecnologias ópticas avançadas com fluorescência para refinamento das contagens ou fluorescente, (PLT-F);

4.19.18.2 Mínimo de 29 parâmetros reportáveis. O equipamento deverá possuir 2 metodologias reportáveis de contagem de plaquetas;

4.19.18.3 Deverá ter velocidade igual ou superior a 100 amostras/hora em modo sangue total;

4.19.18.4 Modo sangue total $\leq 88 \mu\text{L}$;

4.19.18.5 Diferencial de 6 partes: Neutrófilos, Linfócitos, Monócitos, Eosinófilos, Basófilos e IG (Granulócitos Imaturos) reportáveis em todos os hemogramas;

4.19.18.6 Contagem automatizada de NRBCs (Eritroblastos) em cada hemograma, sem necessidade de correção manual de WBC;

4.19.18.7 Tecnologia óptica ou fluorescente para contagem precisa de plaquetas, reduzindo interferências de microhemácias; O equipamento deverá possuir no mínimo duas metodologias reportáveis, para contagem de plaquetas. Não será considerada metodologia de contagem de plaquetas utilizadas apenas para pesquisa (RUO=Research Use Only); Tecnologia com contagem para reticulócitos por citometria de fluxo com corantes fluorescente (média de 120 testes por ano);

4.19.18.8 Canal dedicado para contagem de leucócitos (WBC-BF) e hemácias (RBC-BF) em líquidos biológicos (LCR, ascítico, pleural, etc.), esta necessidade é justificada pelo fato de se tratar de um laboratório que atende um hospital que possui Unidade de Terapia Intensiva que sempre solicita amostras de líquidos biológicos;

4.19.18.9 Configuração automática de regras de decisão (re-análise e teste reflexo) para amostras anormais, reduzindo intervenção manual;

4.19.18.10 Sistema fechado com monitoramento automático do nível de reagentes;

4.19.18.11 Capacidade de interfaceamento bidirecional com o LIS (Laboratório de Informação do Sistema);

4.19.18.12 Controle de qualidade de três níveis para todos os parâmetros de CBC, DIFF, PLT e RET;

4.19.19 Impressora a laser com tonner compatível, papel A4 para impressão com fornecimento contínuo e quaisquer outros equipamentos necessários para o seu suporte de funcionamento e gerenciamento, quando necessários, tipo: computador completo com sistema operacional licenciado, podendo ser Windows ou Linux, (monitor LCD colorido, teclado, mouse e CPU com capacidade para armazenamento de informações e instalação de sistemas de uso diário sem travamentos por parte de memória insuficiente), entre outros materiais que sejam necessários durante a validade do contrato;

4.19.20 Interfaceamento bidirecional do aparelho compatível com o software utilizado no Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF), custeado pela empresa vencedora da licitação, inclusive o fornecimento dos recursos de informática (servidores e acessórios) para o pleno funcionamento do sistema;

4.19.21 Todos os reagentes devem ser prontos para uso, sem manipulação prévia;

4.19.22 A empresa deverá ofertar: equipamento, reagentes e controles da mesma marca do fabricante;

4.19.23 Atendimento ao cliente, quando solicitado;

4.19.24 A empresa deverá realizar manutenções preventivas e preditivas, segundo as exigências do fabricante do aparelho e corretiva sempre que necessário;

4.19.25 O Analisador Hematológico cedido deverá ser novo, primeira instalação, e possuir certificado de garantia de fábrica e registro do Ministério da Saúde;

4.19.26 A Seção de Análises Clínicas do HARF, no recebimento do equipamento, conforme instrumento contratual, reserva-se, em nome do HARF, a rejeitar o equipamento que se encontre fora das especificações contidas neste Termo;

4.19.27 Todos os insumos e acessórios necessários para o analisador e suficientes para a realização do teste que consta no edital, como controle, reagente de limpeza, papel A4, fita, cartucho ou “tonner” para impressora, ribbon e etiquetas para identificação de tubos bem como impressora para a impressão de etiquetas para identificação dos tubos (compatível com o sistema de gerenciamento da SANC), entre outros que forem necessários; além de todo material/reagente envolvido na manutenção, limpeza e desobstrução dos equipamentos, quando houver necessidade, como também, qualquer outro material/reagente indispensável à operação dos equipamentos;

4.19.27.1 Reagentes/insumos deverão ser fornecidos pela Contratada em quantidade suficiente para a realização das manutenções e funcionabilidade do equipamento.

4.19.27.2 O quantitativo de reagentes/insumos fornecidos para a funcionamento do equipamento não deverá ser deduzido da quantidade licitada.

4.19.27.3 Os equipamentos de Bioquímica e Hematologia só deveram ser retirados do Laboratório após a consumação de todos os reagentes entregues no último empenho/pedido realizado pela Seção de Análises Clínicas do HARF.

4.19.28 O prazo da instalação dos equipamentos no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Aeronáutica de Recife será de até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da nota de empenho;

4.19.29 Os equipamentos, reagentes e insumos devem ser entregues no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Aeronáutica de Recife, na Avenida Senador Sérgio Guerra, nº 606 Piedade – Jaboatão dos Guararapes PE, CEP: 54.400-003;

Vistoria do Local de Instalação dos equipamentos em comodato

4.20. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

4.20.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, previamente, até o último dia útil anterior à data prevista para realização do certame licitatório, em horário administrativo da Unidade, de segunda-feira a sexta-feira, nos seguintes telefones (81) 3322-6459, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.20.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do envio do pedido de suprimento, que ocorrerá mensalmente, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de Aeronáutica de Recife, na Avenida Senador Sérgio Guerra, nº 606 Piedade – Jaboatão dos Guararapes PE, CEP: 54.400-003, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 12:00h.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01(um) anos do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3.2. Os materiais que exigem conservação a temperatura controlada (2°C a 8°C) deverão ser entregues em embalagens adequadas (refrigeradas ou em sistema adiabático) e com a recomendação “MANTER SOB-REFRIGERAÇÃO”.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Obrigações da Contratada

5.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

5.11. Para viabilizar a realização dos exames do lote 01 e item 48, a CONTRATADA deverá disponibilizar e manter instalado no Laboratório de Análises Clínicas do HARF, em regime de comodato, equipamentos, em condições de realizar os devidos exames;

5.12. Viabilizar o interfaceamento bi-direcional com o sistema utilizado no Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF) As tratativas para implantação do interfaceamento, bem como os custos advindos deste processo, deverão ser de responsabilidade da contratada e realizadas diretamente entre o vencedor do certame e a empresa detentora do software, eximindo o HARF de qualquer participação neste processo;

5.13. Verificar se a rede elétrica é compatível para o perfeito funcionamento do equipamento, caso seja necessário alguma modificação ou instalação, esse custeio será de responsabilidade da contratada;

5.14. Entregar o material conforme estabelecido neste Termo, na Seção de Análises Clínicas (SANC);

5.15. A Contratada será responsável pela manutenção técnica local, preventiva e corretiva do(s) aludido(s) equipamento(s), cabendo-lhes prestar assistência corretiva e imediata com a reposição de peças e instalações elétricas que se fizerem necessárias, no prazo máximo de 06 (seis) horas do chamado, e na impossibilidade da resolução do problema, substituir o equipamento, sem condições de funcionamento ou que não apresente produtividade satisfatória por outro similar, no prazo máximo de 12 (doze) horas;

5.16. Não sendo possível atender as condições inseridas no subitem superior imediatamente, a contratada assumirá o ônus dos custos advindos com o repasse dos exames para o laboratório de apoio. O laboratório de apoio indicado deve possuir participação contínua e desempenho satisfatório dos Programas de Controle Externos de Qualidade e seguir a RDC 302 da ANVISA;

5.17. A Contratada deve garantir assistência técnica, pronta e imediata, responsabilizando-se pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos cedidos. Deve fornecer todos os acessórios, peças de reposição e os materiais de limpeza e lubrificação necessários ao bom funcionamento dos aparelhos, sem custos adicionais. A manutenção poderá ser acionada inclusive aos sábados, domingos e feriados;

5.18. A Contratada deve, ainda, prestar assessoria científica, presencial, sempre que solicitado pela SANC, bem como oferecer treinamento e atualizações de metodologias e upgrades dos aparelhos para os técnicos usuários dos equipamentos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia, cumulada com a moratória prevista no item 7.2.4.1.

7.2.4.3. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1,5% (um e meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável do 21º (vigésimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia, cumulada com as moratórias previstas nos itens 7.2.4.1 e 7.2.4.2.

7.2.4.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável do 31º (trigésimo primeiro) dia, cumulada com as moratórias previstas nos itens 7.2.4.1, 7.2.4.2 e 7.2.4.3.

7.2.4.5. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

7.2.4.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. Além das dosimetrias acima elencadas, a licitante/contratada deverá atentar quanto ao disposto Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133 /2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/01/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.28.1.1. Objeto similar ou igual ao especificado no Termo de Referência (quantidades e prazos); e

9.28.1.2. Nome, endereço e telefone da pessoa jurídica, através dos quais a contratante possa entrar em contato com o declarante.

9.28.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.29. Autorização de Funcionamento ou Autorização de Funcionamento Especial emitido pelo Ministério da Saúde - ANVISA ou publicação em Diário Oficial da União (DOU), visando assegurar o cumprimento da RDC nº 16/2014 e na Portaria 344/98 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

9.30. Certificado de Registro de Produtos emitido pelo órgão competente do Ministério da Saúde ou cópia da publicação em D.O.U., visando assegurar o cumprimento da RDC nº 16/2014 da ANVISA.

9.31. Certificado de Registro válido do produto ofertado (equipamento), devendo constar a validade (dia/mês/ano), emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União;

9.31.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

9.31.2. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

9.32. Para os produtos não regulados pela Anvisa , conforme relação disponível no sítio eletrônico da ANVISA, não será exigida documentação de qualificação técnica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 744.291,00 (setecentos e quarenta e quatro mil duzentos e noventa e um reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 000001/1200019;

II) Fonte de recursos: 0270120350;

III) Programa de trabalho: 086180;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: A0000420000.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Jaboatão dos Guararapes, [data de acordo com a assinatura eletrônica].

BRUNO SOARES BEZERRA 1º Ten QOCON Farm

Chefe da Subseção de Hematologia

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

jkjhk

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

dgsfg

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO SOARES BEZERRA
Chefe da Subseção de Hematologia



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERENCIA - TR_120632-000026-2026
Data/Hora de Criação:	26/05/2026 15:41:24
Páginas do Documento:	24
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	25
Hash MD5:	6cd280a5ae4f93e9ca2aa043c15f543e
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten BRUNO SOARES BEZERRA no dia 26/05/2026 às 12:42:46 no horário oficial de Brasília.